



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para reformar o imóvel de propriedade do TRE-SC em São José/SC, localizado à Av. Acioni Souza Filho (Beira-Mar de São José), esquina com Rua Luiz Fagundes, Praia Comprida, onde estão localizados os Cartórios da 29ª e 84ª Zonas Eleitorais e o Arquivo Central. A contratação será por empreitada por preço unitário, conforme especificações deste Termo de Referência e documentos abaixo relacionados:

- Projeto Arquitetônico – P.ARQ. (24 pranchas)
  - Planta Técnica (P. 01/24)
  - Layout (P. 02/24)
  - Demolições e Retiradas (P. 03 a 05/24)
  - Construir e Instalar (P. 06/24)
  - Forro (P. 07/24)
  - Divisórias (P. 08 e 09/24)
  - Luminotécnico (P. 10/24)
  - Pisos e Revestimentos (P. 11 a 14/24)
  - Patologia e Pintura (Prancha 15/24)
  - Cobertura (Pranchas 16 a 21/24)
  - Escada Metálica (Prancha 22/24)
  - Sanitário PCD (Pranchas 23 a 24/24)
- Projeto de Mobiliário (7 pranchas)
- Projeto Hidrossanitário (1 prancha)
- Projeto de Subestação (7 pranchas)
- Projeto Elétrico (10 pranchas)
- Projeto de Climatização (4 pranchas)
- Projeto de Cabeamento Estruturado e CFTV (2 pranchas)
- Projeto do Sistema de Prevenção contra Descargas Atmosféricas (2 pranchas)
- Memorial Descritivo e Caderno de Encargos
- Planilha de Orçamento Geral
- Cronograma Físico-Financeiro

### 2. Fundamentação da Contratação

A reforma do imóvel de propriedade do TRE-SC, localizado em São José/SC, tem como objetivos corrigir patologias arquitetônicas, como falhas nos sistemas de cobertura e forros, modernizar as instalações prediais, incluindo subestação, rede elétrica, cabeamento estruturado, sistema de CFTV, SPDA e climatização, além de promover a adequação dos espaços internos. Essas melhorias visam garantir maior



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

funcionalidade, salubridade e segurança ao ambiente, contribuindo para a prolongar a vida útil da edificação.

### 3. Descrição da solução

Os serviços a serem executados, relacionados nas tabelas a seguir, estão contemplados detalhadamente no documento intitulado Memorial Descritivo e Caderno de Encargos e, os valores monetários a eles associados, estão discriminados na Planilha de Orçamento Geral, ambos anexos a este Termo de Referência.

| Projeto Arquitetônico                    | Descrição   |
|--|---|
| Planta Técnica                           | Traz as cotas e dimensões dos ambientes da edificação e define os tipos de esquadrias (portas) a serem utilizadas.  |
| Planta de Layout                         | Define o layout de ocupação futura da edificação.   |
| Planta de Demolições e Retiradas         | Relaciona todos os elementos e componentes a serem demolidos e/ou retirados.  |
| Planta de Construir e Instalar           | Define elementos e componentes a serem construídos e instalados, a exemplo de divisórias em gesso acartonado, portas e bancadas de pia.   |
| Planta de Forro                          | Define os locais e as alturas de instalação de forros, sancas e cortineiros em gesso acartonado.  |
| Planta de Divisórias em Gesso            | As vedações verticais internas a construir serão em gesso acartonado com isolamento em lã de vidro para atenuação acústica.   |
| Planta Luminotécnica                     | Define as posições das luminárias a serem instaladas nos novos forros em gesso.   |
| Planta Revestimentos de Pisos e Azulejos | Define os locais de instalação e/ou recuperação de pisos em manta vinílica e granito, assim como os locais cujas paredes serão revestidas com azulejos.   |
| Planta de Patologias e Pintura           | Indica os locais e tipos de patologias a serem corrigidas, assim como os tipos de pintura a serem realizadas em paredes, metais, madeira e gesso.   |
| Planta de Cobertura                      | Estabelece os serviços a serem executados na cobertura, como substituição de telhas, calhas, rufos, impermeabilizações e adequações no sistema de captação pluvial.   |
| Planta Escada Metálica                   | Detalha a escada metálica a ser fabricada e instalada para acesso à cobertura.  |
| Detalhamento Sanitários                  | Os quatro sanitários do pavimento serão revitalizados, sendo dois deles adaptados ao uso de pessoas com deficiência (PCD). As instalações hidrossanitárias serão adequadas para atender aos novos layouts dos sanitários. Serão instaladas novas louças, metais e acessórios, cujos modelos foram especificados em razão de sua qualidade e durabilidade. |

| Projeto de Mobiliário | Descrição   |
|-----------------------|---|
| P.MOB                 | Este projeto detalha os mobiliários da recepção e das copas, a serem executados em chapas de compensado com tratamento antifúngico e anti cupim. Define, ainda, o revestimento das paredes da recepção em painéis de alumínio composto (ACM). |

| Projeto Hidrossanitário | Descrição   |
|-------------------------|---|
| P.HID                   | Serão executadas instalações de água fria e esgoto da nova copa e recuperadas as instalações da copa existente e do DML, conforme projeto e especificações contidas no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos. |



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

| Projeto Elétrico | Descrição  |
|------------------|--|
| P.ELE            | Todos os circuitos de iluminação terão fiações novas; haverá novos circuitos de tomadas; todas as tomadas, interruptores, espelhos, quadros elétricos, disjuntores e luminárias serão novos. Os detalhes executivos e as especificações técnicas estão contemplados no projeto e no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos. Foram previstos no P.ELE os pontos de iluminação e sinalização de emergência. |

| Projeto de Cabeamento Estruturado e CFTV | Descrição   |
|--|---|
| P.CAB                                    | Nos novos pontos de rede e nas esperas para as câmeras de monitoramento (internas e externas), haverá nova infraestrutura e passagem de cabos UTP CAT-5e, caixas, tomadas RJ45, espelhos e <i>patch panels</i> . Os detalhes executivos e as especificações técnicas, que foram revisadas pela unidade técnica responsável no TRE-SC, estão contempladas no projeto e no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos. |

| Projeto do Sistema de Prevenção contra Descarga Atmosférica | Descrição  |
|---|--|
| P.SPDA  | A parte aparente (externa) do sistema de prevenção contra descargas atmosféricas será nova (captos, suportes, cabos de cobre, conectores). Os detalhes executivos e as especificações técnicas estão contemplados no projeto e no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos. |

| Projeto de Climatização | Descrição  |
|-------------------------|--|
| P.CLI                   | Todo o sistema de climatização, à exceção de 4 evaporadoras/condensadoras existentes, será novo. Os detalhes executivos e as especificações técnicas estão contemplados no projeto e no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos. |

| Projeto da Subestação | Descrição   |
|-----------------------|---|
| P.SUB                 | Em razão do aumento da carga instalada na edificação, haverá a inclusão de um transformador de 112,5 KVA em poste, com subestação própria, em média tensão. Os detalhes executivos e as especificações técnicas estão contemplados no projeto e no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos. |

Todos os serviços serão realizados com fornecimento de material pela empresa contratada. Os materiais e os procedimentos de execução de serviços estão detalhados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.

### 3.1. Estudo Técnico Preliminar

Os Estudos Preliminares da presente contratação encontram-se no PAE n. 10.869/2025.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Relação de materiais que serão utilizados nos serviços de reforma do imóvel de propriedade do TRE-SC em São José (Quadros 1 a 5).



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**Quadro 1** Serviços de reforma imóvel São José/SC – Arquitetura

| Projeto Arquitetônico  | Materiais Indicados   | Referências   |
|--|---|---|
| Porta de vidro   | Porta de vidro pivotante  | Porta em vidro temperado incolor, espessura de 10 mm. Referência: Blindex ou similar.                                       |
|  | Mola hidráulica de piso em aço inox para porta pivotante interna, com ângulo máximo de abertura de 130°, com função de retenção de abertura a 90°, para porta de até 950 mm, DIN esquerdo e direito.  | Mola hidráulica de piso para portas de dupla ação EN-3, cód. 932.77.010, da Häfele Brasil ou similar.                       |
|  | Puxador tubular duplo em alumínio, diâmetro 28 mm, acabamento cromo-acetinado, comprimento 600 mm, sendo 1 par por folha.   | Puxador tubular em alumínio, acabamento cromo-acetinado, diâmetro 28 mm, comp. 60 cm, da Líder Portas e Janelas ou similar. |
| Portas internas de giro em madeira (completas e/ou somente folhas) | Porta interna de madeira certificada tipo angelim pedra, semi-oca com batentes maciços e vistas lisas com bordas arredondadas (85 mm de largura)  | Porta em madeira semi-oca em angelim. Referência: Tropical madeiras, ou similar.  |
|  | Fechadura para portas de giro, uso externo, com roseta redonda e maçaneta tipo alavanca, em aço inox de alta resistência à corrosão (indicada para áreas litorâneas), máquina 4050/55 mm; acabamento anodizado.   | Conjunto 515, da La Fonte ou similar.   |
|  | Dobradiças de aço inox 1296-3 3 ½" x 3" canto redondo, com acabamento cromo acetinado, sendo 3 unidades por porta.  | Dobradiça 85 reforçada com anéis da La Fonte ou similar.  |
| Porta metálica de giro   | Porta em alumínio anodizado, duas folhas de giro, linha Gold, pintura eletrostática na cor branca, com forra e vistas de 40 mm e fechamento da folha em veneziana não vazada (não ventilada).   | Porta em alumínio anodizado, duas folhas de giro, linha Gold. Referência: DVA Esquadrias                                    |
| Manta vinílica   | Piso vinílico homogêneo em manta (HO), dimensões aproximadas de 2x23 m; espessura de 2 mm; peso médio de 2.900g/m²; proteção superficial PUR reforçado; teor de aglutinantes tipo I; resistência ao escorregamento R9; estabilidade dimensional ≤ 0,40 %; absorção do som ao impacto de 4 dB; carga estática < 2 kV; classificação de reação ao fogo Classe II A; emissão de COV ≤ 10µg/m³ (depois de 28 dias); caixas do mesmo lote de fabricação, para evitar diferenças de tonalidade. | Piso vinílico formato manta, Linha Eclipse Premium, cód. 21020036, dimensões 2x23 m, da Tarkett ou similar.                 |
|  | Adesivo para aplicação da manta vinílica, com pH de 8 a 8,5 e densidade entre 1,2 – 1,4 g/mL.   | Tarkett Globalfix, da Tarkett ou similar.   |
|  | Primer de base acrílica para melhoria da aderência do piso.   | Resina de base acrílica, Primer 516, da Protec Argamassas Especiais ou similar.   |
| Azulejos   | Revestimento cerâmico, acabamento brilhante/polido, borda retificada, classe A (primeira linha), variação de tonalidade V1 - cor única (branca), dimensões aproximadas de 32 x 60 x 0,74 cm.  | Forma Branco BR, cód. 8058482, da Eliane ou similar.  |
| Rodapé em EVA  | Rodapé em EVA, altura de 7cm, espessura de 1 cm, comprimento de 5 m, liso (sem frisos), na cor branca.  | Meu Rodapé ou similar.  |
|  | Cola de contato à base de policloropreno (neoprene).  | Cola de contato, da Tekbond ou similar.   |
| Acessórios sanitários  | Acabamento para registro de gaveta em metal, acabamento cromado.  | Acabamento de Registro para base Docol ¾, Linha Lift, cromado, da Docol ou similar.   |
|  | Torneira de acionamento automático para lavatório, instalada em bancada.  | Torneira para banheiro 110 PressMatic Docol, ref. 17160806, da Docol ou similar.  |
|  | Válvula de escoamento para lavatório e cuba, acabamento cromado, tampa plástica.  | Válvula de escoamento para lavatório e cuba, acabamento cromado, cód. 90254000006, da Docol ou similar.                     |
|  | Cabide metálico, acabamento cromado.  | Cabide slim, acabamento cromado, cód. 2060.C.SLM, da Deca ou similar.   |
|  | Assento plástico com fechamento suave para bacias sanitárias, cor branca.   | Assento em plástico com microban para bacias (conforme modelos existentes no local), da Docol ou similar.                   |



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

|   |   |   |
|---|---|---|
|   | Válvula de descarga para mictórios compact de parede para mictório ciclo fixo, acabamento cromado.  | Válvula compacta de parede para mictório ciclo, cód. 90006330006, da Docol ou similar.                                      |
|   | Barras de apoio retas Ø 1 1/4" (31,75 mm), diferentes comprimentos, em alumínio natural, acabamento acetinado, com seção transversal entre 30 (trinta) e 45 (quarenta e cinco) mm.  | Barras de apoio em alumínio natural, acabamento acetinado, Certiva ou similar.  |
|   | Torneira de mesa para cozinha, bica flexível com arejador, abertura com ¼ de volta, acabamento cromado.   | Linha Flex Plus, cód. 1167.C21.CLM, da Deca ou similar.   |
|   | Cuba de embutir em aço inox acetinado com dimensões aproximadas de 47x30x17 cm.   | Cuba de embutir Lavínia 47 BL, da Tramontina ou similar.  |
| Acessórios copas                            | Torneira de mesa para cozinha, bica flexível com arejador, abertura com ¼ de volta, acabamento cromado.   | Linha Flex Plus, cód. 1167.C21.CLM, da Deca ou similar.   |
|   | Cuba de embutir em aço inox acetinado com dimensões aproximadas de 47x30x17 cm.   | Cuba de embutir Lavínia 47 BL, da Tramontina ou similar.  |
| Divisórias em gesso acartonado              | Placas de gesso acartonado, padrões ST (Standard), espessura 12,5 mm, com bordas rebaixadas.  | Gypsum Drywall ou similar.  |
|   | Guias e montantes em aço galvanizado, tamanho 90 mm, esp. da chapa 0,50 mm, com revestimento em zinco.  | Gypsum Drywall ou similar.  |
|   | Fita BA banda acústica, em polietileno expandido, para isolamento acústico dos encontros entre as estruturas de aço e pisos/lajes, largura 90 mm, espessura 3 mm.   | Gypsum Drywall ou similar.  |
|   | Fita JT fita em papel especial microperfurado utilizada no tratamento das juntas entre as chapas.   | Gypsum Drywall ou similar.  |
| Forro em gesso acartonado                   | Placas de gesso acartonado para forro, padrões ST (standard, esp. 12,5 mm), com bordas rebaixadas.  | Gypsum Drywall ou similar.  |
| Limpeza piso granito                        | Produto desincrustante e desengordurante sem ácido.   | Limpador Desincrustante, da Bellinzoni ou similar.  |
| Luminotécnico                               | Arandela de parede para uso de 1 (uma) lâmpada G9, base e tubo em alumínio preto e globo em vidro branco, sem botoeira (acionamento no interruptor).  | Arandela fixação em parede, na cor preta, código AEF12, da Sanlume Iluminação ou similar.                                   |
|   | Luminária para lâmpadas T8 LED de embutir: luminária para embutir para forro modular de 1250 x 625 mm, ou forro de gesso, para uso de 2 (duas) lâmpadas tubulares LED T8 - 18 W, corpo em chapa de aço pintada na cor branca, aletas parabólicas e refletores em alumínio.              | Luminária para lâmpadas T8 LED de embutir, código CAA01-E232, da Lumicenter Iluminação ou similar.                          |
|   | Painel LED de embutir, formato quadrado, potência mínima 24 W, corpo em alumínio, cor branca; lentes em acrílico leitoso; voltagem 220 V; temperatura de cor: 4.000 K; eficiência luminosa: 70 a 75 lm/w; fluxo luminoso aprox.: 1800 lúmens; IP20; dimensões: 25 a 30 cm x 25 a 30 cm. | Painel LED embutir, código 83644104-40, da Blumenau Iluminação ou similar.  |
|   | Poste pétala redonda duplo, altura 3 m, com 2 luminárias Ø250x140 mm, base soquete E27. Base, tubo e luminárias em alumínio preto com difusor em vidro.   | Poste duplo na cor preta, código PDR32, da Sanlume Iluminação ou similar.   |
|   | Poste balizador na cor preta, para 1 lâmpada base GU10 (mini dicróica LED, MR11), em alumínio com pintura epóxi, altura 300 mm, tamanho da base aproximado de 77 mm x 77 mm.  | Poste balizador, código JMR30 da Sanlume Iluminação ou similar.   |
|   | Arandela Tartaruga com grade para 1 lâmpada bulbo LED E27, em policarbonato na cor branca, tamanho da base 200x120 mm.  | Arandela código 20121004, da Blumenau Iluminação ou similar.  |
| Pintura e correção de patologias            | Tinta acrílica qualidade Premium, acabamento fosco, na cor Branco Neve (cód. RM181), para interior e exterior.<br><b>Atenção:</b> massa corrida, fundo preparado e selador da mesma marca da tinta, p/ garantir melhor aderência e acabamento final.                                    | Proteção Total Acrílico Premium, da Suvinil ou similar.   |
|   | Selante elástico de poliuretano, na cor branca.   | Selante PU 30 Quartzolit, da Weber Saint-Gobain ou similar.   |
| Cobertura, complementos e impermeabilização | Telhas e cumeeiras trapezoidais TP-40, 0,7 mm de espessura, pós-pintadas na cor branca, diferentes comprimentos, conforme projeto.  | Telhas e cumeeiras de alumínio trapezoidal TP 40, da Termovale Indústria e Comércio de Poliestireno e Aço Ltda. ou similar. |
|   | Manta asfáltica aluminizada para impermeabilização de calhas, com espessura de 3 mm.  | Manta asfáltica autoaderente, 3 mm, da Vedatop ou similar.  |



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

|  |  |                              |
|--|--|------------------------------|
|  | Rufos e acabamentos laterais em alumínio, espessura 0,5 mm, com pintura eletrostática na cor branca. | Belleflux Calhas ou similar. |
|--|--|------------------------------|

### Quadro 2 Serviços de reforma imóvel São José/SC – Mobiliário

| Projeto Revestimentos               | Materiais Indicados  | Referências  |
|-------------------------------------|--|--|
| Balcões em MDF<br>(recepção e copa) | MDF com revestimento melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces, chapas de dimensões aproximadas de 1.850 x 2.750 mm, com certificação Painéis E1, proteção antibacteriana e antiviral Protekto Plus, produzido através de madeiras de reflorestamento certificadas pelo FSC, nos padrões de cor: Branco Diamante, acabamento trama; Grafite, acabamento trama e Freijó Puro, linha essencial wood. | Linhas Trama e Essencial Wood, todas da Duratex ou similar.    |
| Corrediças                          | Corrediça invisível para gavetas, com capacidade de carga mínima de 30 kg, em aço zincado, com fechamento suave (amortecimento).   | Corrediças modelo Matrix Invisa A30 GT3, da Hafele ou similar. |
| Dobradiças                          | Dobradiça tipo caneco com amortecedor integrado no braço, com ângulo de abertura 105°, em aço inox 304.  | Dobradiças modelo Metalla 330-L, da Hafele ou similar.         |
| Revestimento em ACM                 | ACM 3 mm, com lâminas de 0,21 mm e pintura poliéster fosca na cor cinza.   | ACM 3 mm, da Alucomaxx ou similar.                             |

### Quadro 3 Serviços de reforma imóvel São José/SC – Hidrossanitário

| Projeto Hidrossanitário | Materiais Indicados  | Referências   |
|-------------------------|--|---|
| Caixa de gordura        | Caixa coletora de gordura reforçada DN 100, com retenção de até 18 litros, altura aproximada 449 cm. | Caixa de gordura reforçada DN 100, código 100019323, da Tigre ou similar. |
| Tubos e conexões        | Tubos e conexões de PVC rígido, linha soldável, pressão máxima de serviço de 75 mca.                 | Tigre ou similar.   |

### Quadro 4 Serviços de reforma imóvel São José/SC – Elétrico

| Projeto Elétrico e Rede Lógica    | Materiais Indicados  | Referências   |
|-----------------------------------|--|---|
| Interruptores e tomadas de parede | Interruptores e tomadas (módulos variados).  | Linha PIALplus, da Legrand ou similar.  |
| Eletroduto rígido e acessórios    | Eletrodutos rígidos e conexões (diversos diâmetros e modelos), presilhas e braçadeiras, todos na cor branca e cor certificação do Inmetro.   | Eletrodutos rígidos e conexões na cor branca, da Inpol ou similar.                        |
| Quadros de Distribuição           | Quadros de baixa tensão em IP54, em chapa galvanizada de aço, com acabamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó na cor branca, com proteção contra agentes atmosféricos. Profundidades máximas, incluindo a tampa, de no máximo 14 cm. Quadros montados com barramento "espinha de peixe" prateado e isolado com termo retrátil de 1 KV, com identificações e espelho de proteção em policarbonato, e com seus respectivos componentes de proteção, conforme projeto. Disjuntores DIN em diversas potências. Identificações realizadas no local. Dimensões dos quadros conforme projeto. | Quadros elétricos pré-montados, da QCD Quadros de Comando e Distribuição Ltda. ou similar |
| Alarme sonoro PCD                 | Alarme para emergência para banheiro acessível, audiovisual sem fio.   | Alarme PCD audiovisual sem fio (wireless) Slim, cód. 113003, da Certiva ou similar.       |
| Cabo eletrônico                   | Cabo MultiLan Cat.5e U/UTP CM.   | Furukawa ou similar (cor cinza e/ou azul).  |
| Conectores fêmea e macho          | Conector fêmea e macho Multilan CAT.5e.  | Furukawa ou similar.  |



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**Quadro 5** Serviços de reforma imóvel São José/SC – Subestação

| Projeto Subestação                 | Materiais Indicados  | Referências  |
|------------------------------------|--|--|
| Subestação de 1 poste de 112,5 KVA | Subestação em poste para transformador de 112,5 KVA, incluso: subestação em poste para transformador 112 KVA 15 kV *Subestação Pré-moldada (montada) *Poste *Eletroduto de descida do ramal de entrada *Acessórios montagem e fixação do eletroduto ao poste *Cruzeta montada *Encabeçamento da Cruzeta (Para raios) (isoladores e acessórios ) *Cabos para Ligações transformador ao disjuntor geral *Porta Ferro Galvanizado. *Venezianas Ferro Galvanizado. *Placa de Identificação (Perigo de Morte). *Mesa Retrátil *Quadros de Medição (Mdr, Bep, Tc2 e Disjuntor Geral montados com todos os itens de acordo com o diagrama unifilar apresentado *Terminais de Compressão, Disjuntores, Barramentos e Dps *Aterramento da Subestação (externo) Haste de cobre, Cabo Nu, Conectores. *Aterramento de Venezianas e Porta (Interno) como exigido atual pela Celesc. *Aterramento laje e piso conforme exigência atual da Celesc *Caixa de Passagem 70x90x85 *Tampa de Ferro Fundido 70x90 para 12,5T *Corrugado até a caixa de passagem. | Subestação de um poste de 112,5 KVA, código AT112, da ENERGISE ou similar. |

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

### ATENÇÃO

- No momento da licitação, a(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar a marca e a especificação completa dos produtos descritos nos Quadros 1 a 7, que serão utilizados na execução do contrato.
- A(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.
- Os materiais indicados na licitação, apresentados juntamente com a proposta, serão de uso compulsório durante a execução dos serviços. A única hipótese aceitável de substituição de material será a indisponibilidade do material indicado no mercado, mediante comprovação.
- Não serão aceitos produtos de fabricantes que constem da listagem de empresas não-conformes no Programa Setorial da Qualidade – Tintas Imobiliárias, ligado ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, do Ministério das Cidades.

### 3.3. Códigos SIASG

Manutenção / reforma predial: 1627.

## 4. Requisitos da contratação

Devem ser atendidos os requisitos a seguir relacionados.

### 4.1. Requisitos Funcionais

- adequação e segurança ao uso;
- qualidade dos materiais;
- perfeito funcionamento;





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) durabilidade e manutenibilidade dos produtos.

### 4.2. Requisitos Não-Funcionais

- a) padrão estético adequado ao ambiente institucional;
- b) conforto, saúde e bem-estar;
- c) segurança do imóvel e do patrimônio público.

### 4.3. Requisitos Externos

Devem ser atendidas todas as exigências normativas da ABNT e do Inmetro correlatas aos serviços contratados, além das normas abaixo relacionadas.

Quanto à qualidade dos materiais e execução dos serviços:

- ABNT NBR 14917-1:2022 – Revestimentos resilientes para pisos - manta e placa vinílica flexível homogênea ou heterogênea em PVC. Parte 1: Requisitos, características e classes e Parte 2: Procedimentos para seleção, utilização, instalação, conservação e limpeza;
- ABNT NBR 9050:2020 versão corrigida 2021 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução;
- ABNT NBR 5626:2020 – Sistemas prediais de água fria e água quente – Projeto, execução, operação e manutenção;
- ABNT NBR ISO 13006:2020 – Placas Cerâmicas: Definições, classificação, características e marcação;
- ABNT NBR 5410:2004 versão corrigida 2008 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- Celesc. Orientações para projetos de subestação: N3210002:2016 e N3210003:2023;
- ABNT NBR 14.039:2021: Instalações elétricas de média tensão de 1kV a 36,2 kV;
- ABNT NBR 5419-1:2015. Proteção contra Descargas Atmosféricas. Partes 1 a 4;
- Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) IN 11/2022: Sistema de Iluminação de Emergência;
- Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) IN 21/2024: Símbolos Gráficos para Projeto de Prevenção e Segurança contra Incêndio e Pânico;
- ABNT NBR 16820:2020 Sistemas de sinalização de emergência;
- ABNT NBR ISO/CIE 8995-1:2013 - Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior;
- ABNT NBR IEC 62722-2-1:2016 - Desempenho de luminárias - Parte 2-1: Requisitos particulares para luminárias LED;
- ABNT NBR IEC 62031:2022 - Módulos de LED para iluminação em geral - Especificações de segurança;
- ABNT NBR IEC 62504:2021 - Iluminação geral - LED e módulos de LED - Termos e definições;
- ABNT NBR IEC 61537:2013 - Encaminhamento de cabos — Sistemas de eletrocalhas para cabos e sistemas de leitos para cabos;
- Norma técnica DPSC/NT – 03 – Fornecimento de energia elétrica a edifícios de uso coletivo Celesc;
- ABNT NBR 15.758:2009 - Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem - Parte 1: Requisitos para sistemas usados como paredes; Parte 2: Parte 3: Requisitos para sistemas usados como revestimento.
- ABNT NBR 15.217:2025 - Perfilados de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Requisitos e métodos de ensaio.
- ABNT NBR 12609:2022 - Alumínio e suas ligas — Tratamento de superfície — Requisitos para anodização para fins arquitetônicos;
- ABNT NBR 15807:2010 - Alumínio e suas ligas — Tratamento de superfície — Revestimento orgânico para bens de consumo – Requisitos;
- ABNT NBR 10443:2023 - Pintura industrial — Determinação da espessura da película seca sobre superfícies metálicas ferrosas e não ferrosas;
- ABNT NBR 11003:2023 – Pintura industrial — Determinação da aderência pelos métodos de corte na pintura;
- ABNT NBR 15.844:2015 – Rochas para revestimento — Requisitos para granitos;
- ABNT NBR 14565:2019 - Cabeamento estruturado para edifícios comerciais;





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- ABNT NBR 11702:2021 – Tintas para construção civil: Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais – Classificação e requisitos;
- ABNT NBR 13245:2011 – Tintas para construção civil: execução de pinturas em edificações não industriais – Preparação de superfície;
- ABNT NBR 16407:2015 – Tintas para construção civil: método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais – determinação do teor de chumbo;
- ABNT NBR 17170:2022 – Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes;
- NBR 15.575-1:2021 – Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais.

Quanto à segurança durante a execução dos serviços:

- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual;
- NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- ABNT NBR 7678:1983 – Segurança na execução de obras e serviços de construção.

Quanto à sustentabilidade:

- Lei n. 11.762, de 1º.08.2008, que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências;
- Resolução Conama n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução Conama n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. Conama n.307/2002;
- Programa Setorial da Qualidade – Tintas Imobiliárias, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQP-H, Ministério das Cidades.

Quanto à gestão de reformas:

- NBR 16280:2024 – Reforma em edificações: Sistema de gestão de reformas – Requisitos.

### 4.4. Requisitos Técnicos

O detalhamento dos requisitos técnicos está disponibilizado no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.

- **Acompanhamento por profissional habilitado:** engenheiro civil ou arquiteto, com formação plena, devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, para serviços relacionados aos projetos arquitetônico e de instalações hidrossanitárias e, engenheiro eletricista, com formação plena, devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea, para serviços relacionados aos projetos elétrico, de cabeamento estruturado e sonorização: pretende-se que a execução dos serviços seja realizada dentro dos requisitos das normas técnicas vigentes para a garantia da qualidade e durabilidade;
- **Comprovação das referências dos produtos que serão utilizados:** a utilização de materiais com as especificações mínimas tem por objetivo manter a qualidade do projeto esperada e assegurar que as ofertas sejam de padrão igual ou superior às especificadas;
- **Comprovação de licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação final dos resíduos,** bem como autorização emitida pela municipalidade do local para a disposição dos resíduos: objetiva-se que o transporte e o descarte dos materiais sejam executados em atendimento às normas ambientais vigentes;
- **Comprovação de capacidade técnica através de atestados:** um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor do proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto do Termo de Referência;
- Considerando a estrutura mínima de profissionais e equipamentos demandada para a contratação, o objeto é incompatível com a natureza profissional de pessoa física.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 4.5. Requisitos de Garantia

Garantia mínima de 5 (cinco) anos, com exceção de serviços de pintura em alvenaria, cuja garantia será de 3 (três) anos, em conformidade aos prazos de garantia sugeridos pela ABNT NBR 17170:2022 (Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes) e NBR 15.575-1:2021 (Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais), legislação vigente e análise de condições de exposição e uso.

Em relação aos serviços de pintura, arranhões, riscos e defeitos de acabamento serão analisados nas inspeções de recebimento provisório e definitivo, não cabendo garantia posterior nesses casos.

### 5. Modelo de execução do objeto

#### 5.1. Prazos

- a) em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC: apresentar os documentos relacionados no subitem 5.8.2;
- b) aprovados os documentos pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA): iniciar os serviços em até 10 (dez) dias; nesse ínterim, será realizada reunião de alinhamento com a SEEA;
- c) em até 6 (seis) meses do início efetivo: executar os serviços conforme condições estipuladas neste Termo de Referência e documentos anexos;
- d) em até 10 (dez) dias úteis: refazer serviços, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório.

Encontra-se disponibilizado o Cronograma Físico-Financeiro para a execução dos serviços. A critério da Administração, podem ser suspensos os trabalhos em caso de impossibilidade da execução dos serviços, face aos prazos eleitorais e/ou administrativos.

#### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os serviços serão realizados no imóvel que abriga os Cartórios da 29ª e 84ª Zonas Eleitorais e o Arquivo Central, localizado na Av. Acioni Souza Filho (Beira-Mar de São José), esquina com Rua Luiz Fagundes, Praia Comprida, São José/SC.

#### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório será realizado por meio de ateste em termo circunstanciado em até 10 (dez) dias, após a comunicação da Contratada sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme art. 140, inciso I, “a”, da Lei 14.133/2021.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a Contratada terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, em conformidade com o art. 140, inciso I, “b”, da Lei n. 14.133/2021, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da Contratada sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no art. 119 do mencionado diploma legal.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

#### 5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo de cada etapa do objeto.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5.5. Garantia do objeto

A Contratada deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, com exceção de serviços de pintura em alvenaria, cuja garantia será de 3 (três) anos.

Estes prazos de garantia foram definidos com base na NBR 17170:2022 (Edificações – Garantias - Prazos recomendados e diretrizes) e NBR 15.575-1:2021 (Edificações habitacionais – Desempenho. Parte 1: Requisitos Gerais), legislação vigente e análise de condições de exposição e uso.

Em relação aos serviços de pintura, arranhões, riscos e defeitos de acabamento serão analisados nos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, não cabendo garantia posterior nesses casos.

É obrigação da Contratada a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 119 da Lei n. 14.133/2021 e art. 12 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

### 5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto pela unidade responsável.

### 5.7. Obrigações do Contratante

5.7.1. autorizar o início dos serviços;

5.7.2. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa Contratada, a partir da aprovação pelo Contratante;

5.7.3. promover a gestão da contratação por meio da equipe designada no subitem 6.2, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021;

5.7.4. sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;

5.7.5. emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais;

5.7.6. exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

### 5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.2. caso seja registrada no CREA, **apresentar, obrigatoriamente, antes** de firmado o contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação que lhe será entregue com este fim, visto do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 1.121, de 13.12.2019, do Confea, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem;

5.8.3. apresentar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC (SEEA) os documentos abaixo relacionados em até 15 (quinze) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:

5.8.3.1. declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.3.2. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, devidamente registrada no CREA-SC ou CAU-SC, de execução dos serviços contratados;
  - 5.8.3.3. relação dos profissionais que atuarão no local dos serviços, com a comprovação de experiência por meio de Carteira de Trabalho e Atestado de Saúde Ocupacional;
  - 5.8.3.4. comprovações de habilitação para trabalho em altura conforme a NR-35, para os funcionários que trabalharão em alturas maiores que 2 metros (cobertura, forro de gesso, pintura interna);
  - 5.8.3.5. comprovação de licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação de resíduos, bem como autorização emitida pela municipalidade local para a disposição destes resíduos;
  - 5.8.3.6. participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEEA no local onde serão realizados os serviços;
  - 5.8.3.7. providenciar placa de obra que deverá ser afixada em local visível, de acordo com as exigências do CREA-SC ou CAU-SC, devendo ser executada de acordo com modelo apresentado no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos, respeitando rigorosamente as referências cromáticas convencionais do TRE-SC;
  - 5.8.3.8. a Contratada poderá apresentar novo cronograma físico para execução dos serviços contratados de acordo com o seu planejamento, mantidos os percentuais de desembolso mensal previsto no Cronograma Físico-Financeiro anexo a este Termo de Referência, o qual deve ser elaborado preferencialmente pelo método PERT / CPM. Caso entenda necessário, em razão do período de início dos serviços, a Contratada poderá alterar a programação da execução dos serviços de forma a adequá-la em razão de suas novas previsões, devendo submeter à aprovação do Contratante.
- 5.8.4. iniciar os serviços em até 10 (dez) dias, contados da aprovação, pela SEEA, dos documentos e disposições relacionados no subitem 5.8.3;
- 5.8.5. executar os serviços no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados do efetivo início dos serviços pela empresa contratada, conforme estabelecido no subitem 5.1;
- 5.8.5.1. os serviços deverão ocorrer, preferencialmente, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 7 às 17 horas, ou, excepcionalmente, em dias não úteis, mediante autorização e acompanhamento do gestor do contrato;
  - 5.8.5.2. todos os serviços deverão ser agendados com antecedência, especialmente os que causem interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e rede lógica/internet, pois as atividades no prédio não poderão ser interrompidas;
  - 5.8.5.3. fornecer relatório diário dos serviços (diário de obras), com folhas numeradas e assinadas pelas partes, onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos serviços tais como: indicações técnicas, início e término das etapas, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, recebimento de materiais com a quantidade e qualidade de acordo com o projeto e a proposta, número de funcionários trabalhando, condições climáticas. O diário de obras deverá ser assinado diariamente pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo fiscal técnico;
  - 5.8.5.4. fornecer antecipadamente ao gestor, mantendo atualizada, relação nominal de todos os funcionários envolvidos diretamente na execução dos serviços contratados, informando os respectivos números de CPF.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.6. todas as medidas e cotas apresentadas nos projetos são indicativas, devendo ser confirmadas no local;

5.8.7. refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório;

5.8.7.1. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista neste Termo de Referência;

5.8.7.2. correrão à conta da Contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.

5.8.8. fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços;

5.8.9. assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços;

5.8.10. empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento;

5.8.11. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece;

5.8.12. executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, Inmetro e demais legislações vigentes;

5.8.13. executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;

5.8.14. reportar ao Contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades;

5.8.15. recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução Conama n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. Conama n. 307/2002;

5.8.16. responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;

5.8.17. serviços subcontratados de terceiros, no todo ou em parte, devem ser previamente aprovados pelo TRE-SC;

5.8.18. responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados;

5.8.19. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.20. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.8.21. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

5.8.22. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização ou acompanhamento efetuado pelo TRE-SC exclua ou reduza essa responsabilidade ;

5.8.23. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados;

5.8.24. proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável;

5.8.25. assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados;

5.8.26. proceder, sempre que necessário, à remoção e ao transporte dos móveis, materiais e equipamentos dos ambientes afetados pela execução dos serviços, bem como, ao final dos serviços, o retorno aos locais adequados;

5.8.27. responsabilizar-se por toda a sinalização, incluindo placas, cavaletes e faixas, de forma a garantir uma eficiente divulgação dos transtornos e perigos dos serviços. A sinalização deverá indicar eventuais áreas de trânsito alternativo;

5.8.28. prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, com exceção de serviços de pintura, cuja garantia será de 3 (três) anos.

### **5.9. Transferência de conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.10. Direitos autorais**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução**

Os responsáveis técnicos pela execução dos serviços devem comprovar sua qualificação profissional mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), se engenheiro(a) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), se arquiteto(a).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6.1. Gestão do contrato**

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

### 6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;
- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;
- i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### 6.2. Gestão e fiscalização

|                         | Titular ou substituto das unidades   |
|-------------------------|--|
| Gestor da contratação   | Seção de Engenharia e Arquitetura  |
| Fiscal técnico          | Assistente I da Seção de Engenharia e Arquitetura  |
| Fiscais administrativos | Seção de Gerenciamento de Contratações<br>Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária |

### 6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de contrato.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, ou, na sua ausência, do seu substituto.

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEEA/CI/SIS/TRESC, pelo e-mail [ci-seea@tre-sc.jus.br](mailto:ci-seea@tre-sc.jus.br).

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 7. Critérios de medição e de pagamento

Preliminarmente à emissão da fatura, a Contratada encaminhará a medição dos serviços realizados à Fiscalização, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a Fiscalização realizará a conferência e autorizará o faturamento.

As Notas Fiscais serão emitidas e entregues ao gestor do contrato após autorização de faturamento e devem conter a discriminação e os quantitativos dos materiais instalados e serviços realizados. Devem, ainda, estar acompanhadas de documentação comprobatória do último recolhimento dos encargos sociais efetuados pela Contratada, com a relação nominal dos empregados beneficiários e a certidão negativa de débitos trabalhistas emitida na data da emissão da Nota Fiscal do respectivo pagamento.

O gestor do contrato somente atestará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas pela Contratada todas as condições pactuadas.

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

Ao longo da execução do contrato, caso haja necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens acrescidos seguirão as orientações abaixo:

- a) para itens que já constam do contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados;
- b) para itens novos existentes no Sinapi, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região no período do orçamento base da licitação, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimado do Contratante;
- c) para os itens novos não constantes no Sinapi, os custos decorrerão de pesquisa de preços com 3 (três) fornecedores, se possível, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimado do Contratante;
- d) somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

Conforme art. 128 da Lei n. 14.133/2021, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem as planilhas orçamentárias.

Em caso de antecipação do prazo de execução em relação ao previsto no cronograma, as despesas administrativas serão pagas na proporção do número de dias realizados, aferidos por meio do registro da presença do responsável técnico no Diário de Obras. No caso de atraso na execução por responsabilidade da Contratada, não caberá qualquer complementação dos valores de despesas administrativas.

As despesas administrativas serão medidas e pagas por mês, proporcionalmente ao percentual de serviços efetivamente executados, seguindo o cronograma entregue. A metodologia a ser adotada seguirá a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{valores itens executados no período de medição}^*}{\sum \text{valores itens da planilha}^*}$$

\*Exceto o próprio item Despesas Administrativas.

Caso ocorram aditivos que ampliem ou reduzam o valor total do contrato, o valor a ser pago a título de despesas administrativas não será automaticamente alterado em proporção àquele. O custo com despesas administrativas, nessas circunstâncias, só pode ser modificado após revisão do Cronograma Físico-Financeiro que demonstre inequivocamente que as alterações promovidas impliquem em alteração na duração dos serviços.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A autorização para faturamento fica condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços pela gestão do contrato.

### 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice Nacional de Custo da Construção - INCC publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

### 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

#### 9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação será global, de forma a viabilizar o melhor gerenciamento da execução contratual e as condições dos serviços durante o prazo de garantia.

#### 9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor dar-se-á pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

O licitante classificado em primeiro lugar deve indicar a marca e a especificação completa dos produtos indicados nos Quadros 1 a 5 do subitem 3.2 deste Termo de Referência, que serão utilizados na execução do contrato.

Deve ser indicada apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.

##### 9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, será exigido:

- a) declaração de disponibilidade dos profissionais responsáveis técnicos – engenheiro civil ou arquiteto e engenheiro eletricista, devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes, e detentores de documentos que comprovem a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes para fins desta contratação;
- b) um ou mais atestados de capacidade técnica, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste Termo de Referência:
  - execução de forro em gesso acartonado; execução de cobertura metálica; execução de subestação em poste e de instalações elétricas, contendo, obrigatoriamente, instalação de quadro de distribuição de energia; execução de rede lógica ou cabeamento estruturado. A comprovação dos critérios mínimos pode ser realizada com apresentação de contrato, planilha orçamentária ou documento equivalente, caso não esteja explícito na CAT;
  - *JUSTIFICATIVA: as comprovações acima visam a aferir se a licitante preenche os pressupostos operacionais necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado e encontra amparo no Acórdão TCU n. 1.251/2022 (Segunda Câmara). A exigência de comprovação mínima guarda proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recai sobre os serviços de maior relevância monetária.*
- c) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- d) registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;
- e) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
  - fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto à Seção de Engenharia e Arquitetura, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br ou pelo telefone (48) 3251-3700, ramal 3364, no horário das 13 às 19h.

Os profissionais indicados pelo licitante na forma da alínea “a” e “c” devem participar dos serviços objeto desta licitação e será admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovados pela Administração.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, considerando a natureza dos serviços e o valor significativo do objeto, será exigido:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- c) comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

## 10. Estimativas do valor da contratação

O valor estimado da contratação está detalhado na Planilha de Orçamento Geral, anexa a este Termo de Referência, no valor de R\$ 1.142.919,24 (um milhão, cento e quarenta e dois mil, novecentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos).

## 11. Alinhamento da contratação

### 11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I.

Item 24: Manutenção Predial – OEPI2, OEPI3 e SGP3.

### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Esta contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, pois abrange a utilização de requisitos técnicos de construção sustentável na escolha de materiais e a exigência da destinação correta dos resíduos de construção e demolição, de acordo com as diretrizes do Conama.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre pelo uso racional de recursos físicos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos, assim como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição baseiam-se em alguns pressupostos e exigências, a serem observados pela Contratada:

- substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza e conservação;
- descarte em conformidade com as legislações ambiental e sanitárias vigentes.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a mitigação e redução de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

### 11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

### 12. Adequação orçamentária

| Programa de Trabalho  | Elemento de Despesa | Valor                   |
|-----------------------|---------------------|-------------------------|
| 02.122.0033.20GP.0042 | 3.3.90.39           | R\$ 1.142.919,24        |
| <b>Total</b>          |                     | <b>R\$ 1.142.919,24</b> |

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do objeto;
- c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas "b" a "e" do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.